



PROPOSTA N.º <sup>525</sup> 72016

**ASSUNTO:** Deliberar autorizar contratar, autorizar a despesa e submeter à Assembleia Municipal para autorização da repartição do encargo para o ano económico de 2017 e emissão de autorização prévia para a assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal" (Proc. 23184/CML/16).

**PELOURO:** Frota - Vereador Duarte Cordeiro

**SERVIÇO:** DMHU/DRMM

**Considerando que:**

1. Estão atualmente ao serviço da Polícia Municipal de Lisboa 59 (cinquenta e nove) veículos ligeiros de diferentes tipologias;
2. Os referidos veículos foram adquiridos entre o ano de 1991 e o ano de 2008;
3. O uso intensivo a que os mesmos têm estado sujeitos, circulando 18 horas por dia, com quilometragens superiores a 200.000km, levando a um aumento considerável do número de situações de avarias e consequente inoperacionalidade;
4. Os elevados custos envolvidos na reposição da operacionalidade dos veículos, bem como os prejuízos decorrentes da impossibilidade do uso destes, impedindo a realização da missão da Polícia Municipal;
5. O envelhecimento da frota prejudica a imagem institucional da Polícia Municipal e da própria Câmara Municipal de Lisboa;
6. Brevemente serão colocados na Polícia Municipal novos agentes (257 elementos policiais) para aí prestarem serviço com um incremento de novas e maiores responsabilidades na gestão do trânsito da cidade;
7. Face a este aumento de elementos policiais haverá necessidade de dotar os serviços de um maior número de meios logísticos, os quais se encontram atualmente já deficitários;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

8. É intenção do Comando da Polícia Municipal, criar no seio desta um corpo robusto de pessoal operacional que permita o cumprimento integral da sua missão, quer na área da fiscalização genérica, quer na área de fiscalização e gestão do trânsito da cidade;
9. Se afigura que só com meios apropriados será possível de forma mais eficaz percorrer e estar disponível nos diferentes pontos da cidade;
10. É de urgência imperiosa a aquisição de veículos ligeiros de diversas tipologias para satisfazer as missões supra identificadas;
11. A abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em ano económico diferente daquela, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
12. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental no ano económico de 2017, não estando prevista em Plano Plurianual;
13. Não obstante, foi dado cumprimento ao disposto no Regulamento do Orçamento de 2016, designadamente no artigo 9º, no sentido das repartições de encargos propostas no período de agosto a dezembro serem objeto de parecer da DMF quanto à sua previsão no Orçamento para 2017;

**TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas da alínea f) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho:

**1. Autorizar** a decisão de contratar e a realização da despesa, através de um procedimento de contratação por Concurso Público, com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal", pelo valor base de 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros) acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 196.650,00 € (cento e noventa e seis mil e seiscentos e cinquenta euros), totalizando o valor de 1.051.650,00 € (um milhão e cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta euros), ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º ambos do Código dos Contratos Públicos, na



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

sua redação em vigor, conjugados com a alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do mesmo Código.

**2. Aprovar** o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos em anexo, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos.

**3. Autorizar** a designação do júri do presente concurso, de acordo com n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, tendo o mesmo a seguinte constituição:

- Presidente: Alberto Manuel Almeida, Técnico Superior (DMHU/DRMM/DGF);
- 1.º Vogal Efetivo: Nuno Miguel Rodrigues, Técnico Superior (DMHU/DRMM/NAJ);
- 2.º Vogal Efetivo: Ana Sá Pereira, Técnica Superior (DMF/DA/CCM);
- 1.º Vogal Suplente: Luís Filipe Grosso, Técnico Superior (DMHU/DRMM/DGF);
- 2.º Vogal Suplente: Carlos Sendim Fernandes, Chefe da Polícia Municipal (PM);
- 3.º Vogal Suplente: Fátima Maria Barreto, Técnica Superior (DMF/DA/CCM);
- 4.º Vogal Suplente: Paula Cristina Leitão, Técnica Superior (DMF/DA/CCM).

O 1.º Vogal efetivo substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

**4. Designar**, como Responsáveis do Procedimento para efeitos de condução na plataforma eletrónica de contratação «acinGov», e para cumprimento do exigido nos artigos 54.º e 60.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a Dra. Sónia Águeda Cotrim, e o Eng.º Daniel Pereira Oliveira, ambos da Direção Municipal de Higiene Urbana/Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.

**5. Autorizar**, nos termos do disposto no artigo 147.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, que seja delegado no júri do concurso a competência para a audiência prévia dos concorrentes, bem como a resposta a pedidos de esclarecimentos.

**6. Submeter à Assembleia Municipal** a prévia autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º e das alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso em relação ao mesmo ano económico, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

"Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal (Proc. 23184/CML/16), limitado ao valor máximo de 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 196.650,00 € (cento e noventa e seis mil e seiscentos e cinquenta euros), totalizando o valor de 1.051.650,00 € (um milhão e cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta euros).

A despesa classifica-se na rubrica orçamental 07.01.10.01 da AP A3.P005.04 (Código do Plano 43854) da orgânica L12.00, com os valores seguintes:

ANO	Valor sem IVA	Valor IVA (23%)	Valor Total
2017	855.000,00 €	196.650,00 €	1.051.650,00 €

Paços do Concelho, aos 6 de Outubro de 2016

O Vereador

Duarte Cordeiro



DACM  
Prop. n.º SS/2016  
Fís. \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

## **CONCURSO PÚBLICO**

Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

### **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS, POR LOTES, PARA A POLÍCIA MUNICIPAL**

Processo n.º \_\_\_\_/CPI/DA/CCM/2016

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ÍNDICE DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

Artigo 1.º Objeto do concurso .....	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante.....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	3
Artigo 5.º Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.....	4
Artigo 6.º Erros e omissões do caderno de encargos .....	4
Artigo 7.º Concorrentes.....	5
Artigo 8.º Proposta e seus elementos .....	5
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas .....	5
Artigo 10.º Documentos que constituem a Proposta.....	6
Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes.....	7
Artigo 12.º Critério de adjudicação .....	7
Artigo 13.º Preço anormalmente baixo.....	7
Artigo 14.º Prazo para apresentação de propostas .....	7
Artigo 15.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	8
Artigo 16.º Abertura de propostas .....	8
Artigo 17.º Esclarecimentos sobre as propostas.....	8
Artigo 18.º Análise das propostas e relatório preliminar .....	8
Artigo 19.º Audiência prévia .....	9
Artigo 20.º Relatório final e adjudicação .....	9
Artigo 21.º Notificação da decisão de adjudicação .....	9
Artigo 22.º Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	10
Artigo 23.º Caução .....	10
Artigo 24.º Minuta do contrato.....	10
Artigo 25.º Outorga do contrato escrito.....	10
Artigo 26.º Despesas e encargos.....	11
Artigo 27.º Impugnações administrativas .....	11
Artigo 28.º Prevalência.....	11
Artigo 29.º Legislação aplicável .....	11
ANEXO I MINUTA DA PROPOSTA .....	12
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO .....	13
ANEXO III – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	15
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO (ADJUDICATÁRIO) .....	25



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Artigo 1.º**  
**Objeto do concurso**

O presente procedimento tem por objeto a **“Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal”**, sendo lançado na modalidade de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 29 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

**Artigo 2.º**  
**Entidade pública adjudicante**

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Higiene Urbana – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Av. Infante Dom Henrique, Lote 1 - 1800-220 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico [dmhu.drmm@cm-lisboa.pt](mailto:dmhu.drmm@cm-lisboa.pt) (telefone 218555121 - 218555143), sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças – Departamento de Aprovisionamentos - Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 - 9º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico [dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt).
2. O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma «acinGov» apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma

**Artigo 3.º**  
**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por Deliberação da Câmara Municipal, datada de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ (que recaiu sob a Proposta n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_), ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por força do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 109.º, ambos do CCP.

**Artigo 4.º**  
**Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos, encontram-se patentes na plataforma eletrónica “acinGov”, desde a data da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior o presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 9º. Piso-Bloco A – 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: [dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt), desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º n.º 1, do CCP.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o “download” das peças do procedimento.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

4. Para ter acesso à plataforma «*acinGov*», o interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> carregar no separador "Aderir" e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica «*acinGov*». A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou do contacto telefónico número 707 451 451.
7. Os eventuais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após ser efetuado o registo na plataforma, nos termos do n.º 5, deste artigo.

**Artigo 5.º****Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma eletrónica «*acinGov*», dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número 1. deste artigo, serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º 2 do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**Artigo 6.º****Erros e omissões do caderno de encargos**

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
  - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar e que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «*acinGov*», pela entidade pública adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

**Artigo 7.º**  
**Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento a título individual, nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
6. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

**Artigo 8.º**  
**Proposta e seus elementos**

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na Proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes das peças procedimentais.
3. A Proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
4. No caso de agrupamento, a Proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

**Artigo 9.º**  
**Modo de apresentação das propostas**

1. As Propostas são apresentadas através da plataforma eletrónica «*acinGov*», até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento.
2. Os concorrentes podem apresentar proposta para todos os Lotes ou para cada um dos Lotes do procedimento.
3. A Proposta será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta), indicando, o concorrente, em cada um dos Lotes, todos os itens discriminados nas alíneas a) a c) do referido Anexo, sob pena de exclusão, por inaceitabilidade da mesma.
4. Para cada um dos Lotes, não são permitidas propostas relativas somente a parte do fornecimento ou propostas que alterem as cláusulas técnicas do procedimento.
5. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a Proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública «*acinGov*», pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

6. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes, nos termos do disposto no Artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei essa forma a força probatória de documento particular assinado, **sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.**
8. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
9. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
10. Os requisitos a respeitar pelos Concorrentes para os títulos dos ficheiros das propostas são os seguintes: Incluir a referência do procedimento, a alínea predefinida no artigo 10.º do Programa de Procedimento relativa ao documento a que respeita, bem como o número de identificação fiscal do concorrente e o código da proposta, nos termos definidos no anexo II à Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
11. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade pública adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e o documento dele constante, estejam redigidos em língua portuguesa.
12. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do presente Programa de Procedimento.
13. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
14. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
15. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa.

**Artigo 10.º**  
**Documentos que constituem a Proposta**

1. A Proposta deve ser constituída pelos documentos a seguir indicados e devem ser apresentados através da plataforma eletrónica, até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento:
  - a) **Proposta Contratual**, elaborada de acordo com o modelo do Anexo I ao presente Programa de Procedimento, com indicação do Preço Total, em cada Lote, que deverá ser inferior ao preço máximo definido na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta por inaceitabilidade da mesma;
  - b) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo II ao presente Programa de Procedimento, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) **Descrição técnica e catálogos ou brochuras** das quais constem as referidas descrições técnicas;
  - d) **Descrição técnica da caracterização (em cada Lote)** constante do Anexo I do Caderno de Encargos;
  - e) **Declaração do concorrente**, assegurando o fornecimento de peças sobressalentes pelo período mínimo de 10 (dez) anos.
  - f) **Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos** da apresentação de um *preço anormalmente baixo*, quando aplicável, de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2. Os certificados, catálogos ou outros documentos com pormenores de descrição e ilustração de características técnicas, podem ser redigidas em inglês, francês ou castelhano.
3. Serão excluídas as propostas que não contenham todos os documentos indicados no presente artigo ou caso algum documento ser apresentado de modo incompleto.

**Artigo 11.º**  
**Apresentação de propostas variantes**

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

**Artigo 12.º**  
**Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será feita por Lotes, à proposta economicamente mais vantajosa, selecionada atendendo aos seguintes fatores e subfatores, e respetiva ponderação, para cada Lote, por ordem decrescente da sua importância:
  - a) Preço Total do fornecimento – 55%;
  - b) Qualidade – 25%.
  - c) Prazo de Entrega - 20%
2. Em caso de empate, será considerada a proposta que obtenha a melhor classificação, sucessivamente, no fator "Preço Total do fornecimento", e, no fator "Qualidade". Persistindo o empate será adjudicada a proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação na plataforma "acinGov", sendo elaborada a respetiva ata.
3. O fornecimento será adjudicado, em cada Lote, ao concorrente que obtiver a classificação mais elevada.

**Artigo 13.º**  
**Preço anormalmente baixo**

1. Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço resultante de uma proposta, *é considerado anormalmente baixo*, quando o "Preço Total do fornecimento" seja 50% ou mais inferior ao preço base fixado na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos.
2. A não apresentação dos elementos justificativos do preço anormalmente baixo, exigidos no artigo 10.º, n.º 1 alínea f) do Programa do procedimento, quando aplicável, determinará a exclusão imediata das propostas.

**Artigo 14.º**  
**Prazo para apresentação de propostas**

1. A Proposta e os documentos que a constituem, devem ser apresentados, diretamente, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «acinGov», até à data indicada na referida Plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, antes do termo do prazo referido no n.º 1 deste artigo. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Artigo 15.º****Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

**Artigo 16.º****Abertura de propostas**

1. O júri do procedimento, às 10 horas do dia útil, imediato, ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

**Artigo 17.º****Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do procedimento poderá solicitar aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, a apresentar na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**Artigo 18.º****Análise das propostas e relatório preliminar**

1. Após a análise das propostas e de todos os seus atributos, representados pelo fatores que densificam o critério de adjudicação previsto no artigo 12º do presente Programa do Procedimento, o júri elabora um relatório preliminar, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do previsto no artigo 146º. do CCP, designadamente:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
  - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
  - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
  - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º do CCP;
  - g) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no artigo 11º do presente programa de procedimento;
  - h) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP, assim como no artigo 9.º do presente Programa de Procedimento;
- j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- k) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP,
- l) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- m) Que não apresentem um documento exigido no presente programa, ou o apresentem com informação incompleta.

**Artigo 19.º**  
**Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento procede à audiência prévia dos concorrentes, através da plataforma eletrónica «*acinGov*» para que, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, se pronunciem por escrito sobre o mesmo.

**Artigo 20.º**  
**Relatório final e adjudicação**

1. Após a realização da audiência prévia, o júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número supra.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação

**Artigo 21.º**  
**Notificação da decisão de adjudicação**

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
  - b) Prestar caução indicando expressamente o seu valor;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do Relatório Final de análise de propostas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Artigo 22.º**

**Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica «acinGov», no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do (CCP), nomeadamente:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV ao presente Programa de Procedimento;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e e) do artigo 55º. do CCP.
  - c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
2. Em substituição do documento previsto na alínea c) deste n.º 1, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar.
3. Sempre que se verifique um facto, que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

**Artigo 23.º**

**Caução**

1. Para os Lotes I e II, é exigida caução, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 88.º do CCP, fixada no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, devendo ser prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou guia de depósito, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos V, VI e VII** (*Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro-Caução e Modelo de Guia de Depósito*) ao presente Programa do Procedimento.
2. Relativamente aos Lotes III, IV e V, conforme o previsto no n.º 3 do supramencionado artigo, não é exigível caução, havendo lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, conforme previsto na Cláusula 20.º do Caderno de Encargos.

**Artigo 24.º**

**Minuta do contrato**

1. O adjudicatário é notificado da minuta do contrato, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. São admissíveis reclamações da minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão das obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação apresentada.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

**Artigo 25.º**

**Outorga do(s) contrato(s) escrito(s)**

O(s) contrato(s) resultante(s) do presente procedimento será(ão) reduzido(s) a escrito, e celebrado(s) em data a estabelecer pelas duas partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da respetiva minuta pelo



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

adjudicatário, devendo o órgão competente para a decisão de contratar comunicá-la ao(s) adjudicatário(s), com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Artigo 26.º**

**Despesas e encargos**

1. Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
2. São ainda de conta do(s) adjudicatário(s) o as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e à prestação de caução.

**Artigo 27.º**

**Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública «*acinGov*».

**Artigo 28.º**

**Prevalência**

As normas do Programa do Procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

**Artigo 29.º**

**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO I**  
**MINUTA DA PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para a **"Aquisição de viaturas ligeiras, por Lotes, para a Polícia Municipal"**, pelo preço máximo de 855.000,00€ (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros) - Proc. n.º ....CPI/DA/CCM/16, a que se refere o presente Programa do Procedimento, obriga-se a executar o fornecimento relativo ao Lote(s) a seguir indicados, que o constituem e em conformidade com respetivos os documentos, nos seguintes termos e condições:

**Lote \_\_\_\_ – Objeto:** \_\_\_\_\_

a) Preço Total do fornecimento: \_\_\_\_\_ €, \_\_\_\_\_ (por algarismos e extenso), sem IVA incluído

- Preço de cada veículo ligeiro: \_\_\_\_\_ €, \_\_\_\_\_ (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;
- Preço de todo o equipamento para cada veículo (conforme definido no ponto 5 do lote a que concorre): \_\_\_\_\_ €, \_\_\_\_\_ (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;
- Preço da pintura para cada veículo (conforme definido no ponto 6 do lote a que concorre): \_\_\_\_\_ €, \_\_\_\_\_ (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;
- Preço da sinalização sonora e luminosa para cada veículo (único conforme definido no ponto 7 no caso dos Lotes IV e V, e discriminando os dois preços, conforme definido nos pontos 7.1 e 7.2 para os Lotes I, II, III): \_\_\_\_\_ €, \_\_\_\_\_ (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;
- Preço da transformação para cada veículo (conforme definido no ponto 8, caso apresente proposta para o Lote IV): \_\_\_\_\_ €, \_\_\_\_\_ (por algarismos e extenso), sem IVA incluído;

O Preço a apresentar, não deve considerar o ISV-Imposto Sobre Veículos, considerando a isenção ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 51.º do Código do Imposto Sobre Veículos, constante do Anexo I da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, com a última redação dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

b) Qualidade:

Potência máxima do motor: \_\_\_\_\_ kW

.....Garantia: \_\_\_\_\_ anos

Sistema de apoio ao estacionamento: \_\_\_\_\_ (indicando sem sistema de apoio; ou indicando com sistema de apoio com avisador sonoro e/ou luminoso; ou indicando com sistema de apoio apenas por câmara de vídeo; ou indicando com sistema de apoio por câmara de vídeo e com avisador sonoro e/ou luminoso).

c) Prazo de Entrega: \_\_\_\_\_ dias

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data, ...../...../.....

Assinatura, .....





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de  
(1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) .....
- b) .....
- c) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5) (6)];

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8) (9)];

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16) (17)]:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local), ..... (data), ..... (assinatura) <sup>(18)</sup>

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO III**

**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. A adjudicação será feita por Lotes, à proposta economicamente mais vantajosa, selecionada atendendo aos seguintes fatores e subfatores, e respetiva ponderação, por ordem decrescente da sua importância:

- a) Preço Total – 55%;
- b) Qualidade – 25%;
- c) Prazo de entrega – 20%.

O fornecimento será adjudicado, em cada Lote, ao concorrente que obtiver a classificação mais elevada.

Em caso de empate, será considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que obtenha melhor classificação no fator “Preço Total”.

Mantendo-se o empate, considerar-se-á a classificação obtida no fator “Qualidade”.

Se ainda assim persistir o empate, é adjudicada a proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo Júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação via.

2. De forma a permitir a ordenação das propostas admitidas, de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no ponto anterior, aplicar-se-ão as seguintes ponderações em termos numéricos:

**2.1 LOTE I (22 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE 1200CC A 1500CC)**

**2.1.1 Preço Total – 55 %:**

O fator “Preço total” resulta da soma do preço dos 22 veículos, incluindo todos os equipamentos e pintura, assim como da sinalização sonora e luminosa exigida para os 14 veículos e para os restantes 8, aplicando a seguinte fórmula:

$$PT = 22 \times (P_v + P_e + P_p) + 14 \times P_{SSL(A)} + 8 \times P_{SSL(B)}$$

Em que:

PT = Preço total da proposta;

P<sub>v</sub> = Preço de cada veículo;

P<sub>e</sub> = Preço de todo o equipamento definido no ponto 5 do Lote I do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

P<sub>p</sub> = Preço da pintura definida no ponto 6 do Lote I do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

P<sub>SSL(A)</sub> = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7.1 do Lote I do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

P<sub>SSL(B)</sub> = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7.2 do Lote I do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo.

Todos os preços em euros e sem o IVA.

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o PT ≤ P<sub>m</sub>

Então: C<sub>PT</sub> = 20;

b) Se o P<sub>m</sub> < PT ≤ P<sub>M</sub>

Então: C<sub>PT</sub> = (C<sub>M</sub> – C<sub>m</sub>) / (P<sub>m</sub> – P<sub>M</sub>) x (PT – P<sub>m</sub>) + 20;

Em que:

C<sub>PT</sub> = Classificação do fator “Preço total da proposta”;

C<sub>M</sub> = 20 valores (classificação máxima);

C<sub>m</sub> = 10 valores (classificação mínima);

P<sub>M</sub> = 297.000€ (preço máximo, em euros e sem IVA);

P<sub>m</sub> = 148.500€ (preço mínimo, em euros e sem IVA);

PT = Preço total da proposta, em euros e sem IVA.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**2.1.2 Qualidade – 25%;**

O fator Qualidade (Q), será avaliado pela soma ponderada das classificações obtidas nos subfatores (Q1 a Q3) abaixo discriminados e de acordo com a fórmula seguinte:

$$Q = 0,4 \times Q1 + 0,4 \times Q2 + 0,2 \times Q3$$

**a) Subfator potência máxima do motor (Q1) – 40%**

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a1) Se o  $PM \geq PM_M$

Então:  $Q2 = 20$ ;

a2) Se o  $PM_m < PM \leq PM_M$ ,

Então:  $Q2 = (C_M - C_m) / (PM_M - PM_m) \times (PM - PM_m) + 20$ ;

Em que:

$Q1$  = Classificação do subfator "potência máxima do motor";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

$PM_M$  = 70 kW (potência máxima maior do motor);

$PM_m$  = 55 kW (potência máxima menor do motor);

$PM$  = Potência máxima do motor da viatura proposta, em kW.

**b) Subfator garantia (Q2) – 40%**

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte tabela:

Garantia em anos	Classificação
2	10
3	12
4	14
5	16
6	18
$\geq 7$	20

Em que:

$Q2$  = Classificação do subfator "garantia";

**c) Subfator sistema de apoio ao estacionamento (Q3) – 20%**

Em que:

$Q3 = 20$  valores, se a o sistema apoio for por câmara de vídeo e com avisador sonoro e/ou luminoso.

$Q3 = 17$  valores, se o sistema de apoio, for por câmara de vídeo, mas sem avisador sonoro e/ou luminoso.

$Q3 = 14$  valores, se o sistema de apoio, com avisador sonoro e/ou luminoso.

$Q3 = 10$  valores, sem o sistema de apoio de câmara de vídeo e sem avisador sonoro e/ou luminoso.

**2.1.3 Prazo de entrega – 20%;**

O fator "Prazo de entrega" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PE \leq PE_m$

Então:  $C_{PE} = 20$ ;

b) Se o  $PE_m < PE \leq PE_M$ ,

Então:  $C_{PE} = (C_M - C_m) / (PE_M - PE_m) \times (PE - PE_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PE}$  = Classificação do fator "Prazo de entrega";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

$PE_M$  = 45 dias (prazo máximo);  
 $PE_m$  = 10 dias (prazo mínimo);  
PE = Prazo de entrega dos veículos proposto, em dias.

2.1.4. A classificação final (CFinal) das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$CFinal = (0,55 \times PT) + (0,25 \times Q) + (0,20 \times PE)$$

**2.2 LOTE II (18 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIRO DE 1400CC A 1600CC)**

O fator "Preço total" resulta da soma do preço dos 18 veículos, incluindo todos os equipamentos e pintura, assim como da sinalização sonora e luminosa exigida para os 13 veículos e para os restantes 5, aplicando a seguinte fórmula:

$$PT = 18 \times (P_v + P_E + P_p) + 13 \times P_{SSL(A)} + 5 \times P_{SSL(B)}$$

Em que:

PT = Preço total da proposta;

$P_v$  = Preço de cada veículo;

$P_E$  = Preço de todo o equipamento definido no ponto 5 do Lote II do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_p$  = Preço da pintura definida no ponto 6 do Lote II do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_{SSL(A)}$  = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7.1 do Lote II do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_{SSL(B)}$  = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7.2 do Lote II do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo.

Todos os preços em euros e sem o IVA.

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PT \leq P_m$

Então:  $C_{PT} = 20$ ;

b) Se o  $P_m < PT \leq P_M$

Então:  $C_{PT} = (C_M - C_m) / (P_m - P_M) \times (PT - P_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PT}$  = Classificação do fator "Preço total da proposta";

$C_M$  = 20 (classificação máxima);

$C_m$  = 10 (classificação mínima);

$P_M$  = 288.000€ (preço máximo, em euros e sem IVA);

$P_m$  = 144.000€ (preço mínimo, em euros e sem IVA);

PT = Preço total da proposta, em euros e sem IVA.

**2.2.2 Qualidade – 25%;**

O fator Qualidade (Q), será avaliado pela soma ponderada das classificações obtidas nos subfatores (Q1 a Q3) abaixo discriminados e de acordo com a fórmula seguinte:

$$Q = 0,4 \times Q1 + 0,4 \times Q2 + 0,2 \times Q3$$

a) Subfator potência máxima do motor (Q1) – 40%

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a1) Se o  $PM \geq PM_M$

Então:  $Q2 = 20$ ;

a2) Se o  $PM_m < PM \leq PM_M$ ,

Então:  $Q2 = (C_M - C_m) / (PM_M - PM_m) \times (PM - PM_m) + 20$ ;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Em que:

**Q1** = Classificação do subfator "potência máxima do motor";

**C<sub>M</sub>** = 20 valores (classificação máxima);

**C<sub>m</sub>** = 10 valores (classificação mínima);

**PM<sub>M</sub>** = 90 kW (potência máxima maior do motor);

**PM<sub>m</sub>** = 80 kW (potência máxima menor do motor);

**PM** = Potência máxima do motor da viatura proposta, em kW.

**b) Subfator garantia (Q2) – 40%**

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte tabela:

Garantia em anos	Classificação
2	10
3	12
4	14
5	16
6	18
≥7	20

Em que:

**Q2** = Classificação do subfator "garantia";

**c) Subfator sistema de apoio ao estacionamento (Q3) – 20%**

Em que:

**Q3** = 20 valores, se a o sistema apoio for por câmara de vídeo e com avisador sonoro e/ou luminoso.

**Q3** = 17 valores, se o sistema de apoio, for por câmara de vídeo, mas sem avisador sonoro e/ou luminoso.

**Q3** = 14 valores, se o sistema de apoio, com avisador sonoro e/ou luminoso.

**Q3** = 10 valores, sem o sistema de apoio de câmara de vídeo e sem avisador sonoro e/ou luminoso.

**2.2.3 Prazo de entrega – 20%;**

O fator "Prazo de entrega" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PE \leq PE_m$

Então:  $C_{PE} = 20$ ;

b) Se o  $PE_m < PE \leq PE_M$ ,

Então:  $C_{PE} = (C_M - C_m) / (PE_m - PE_M) \times (PE - PE_m) + 20$ ;

Em que:

**C<sub>PE</sub>** = Classificação do fator "Prazo de entrega";

**C<sub>M</sub>** = 20 valores (classificação máxima);

**C<sub>m</sub>** = 10 valores (classificação mínima);

**PE<sub>M</sub>** = 45 dias (prazo máximo);

**PE<sub>m</sub>** = 10 dias (prazo mínimo);

**PE** = Prazo de entrega dos veículos proposto, em dias.

**2.2.4.** A classificação final (C<sub>Final</sub>) das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$C_{Final} = (0,55 \times PT) + (0,25 \times Q) + (0,20 \times PE)$$

**2.3 LOTE III (3 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIRO DE 1800CC A 2000CC)**

**2.3.1 Preço Total – 55 %:**

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

O fator "Preço total" resulta da soma do preço dos 3 veículos, incluindo todos os equipamentos e pintura, assim como da sinalização sonora e luminosa exigida para o 1 veículo e para os restantes 2, aplicando a seguinte fórmula:

$$PT = 3 \times (P_v + P_e + P_p) + 1 \times P_{SSL(A)} + 2 \times P_{SSL(B)}$$

Em que:

$PT$  = Preço total da proposta;

$P_v$  = Preço de cada veículo;

$P_e$  = Preço de todo o equipamento definido no ponto 5 do Lote III do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_p$  = Preço da pintura definida no ponto 6 do Lote III do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_{SSL(A)}$  = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7.1 do Lote III do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_{SSL(B)}$  = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7.2 do Lote III do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo.

Todos os preços em euros e sem o IVA.

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PT \leq P_m$

Então:  $C_{PT} = 20$ ;

b) Se o  $P_m < PT \leq P_M$

Então:  $C_{PT} = (C_M - C_m) / (P_m - P_M) \times (PT - P_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PT}$  = Classificação do fator "Preço total da proposta";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

$P_M$  = 60.000€ (preço máximo, em euros e sem IVA);

$P_m$  = 30.000€ (preço mínimo, em euros e sem IVA);

$PT$  = Preço total da proposta, em euros e sem IVA.

**2.3.2 Qualidade – 25%;**

O fator Qualidade (Q), será avaliado pela soma ponderada das classificações obtidas nos subfatores (Q1 a Q3) abaixo discriminados e de acordo com a fórmula seguinte:

$$Q = 0,4 \times Q1 + 0,4 \times Q2 + 0,2 \times Q3$$

a) Subfator potência máxima do motor (Q1) – 40%

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a1) Se o  $PM \geq PM_M$

Então:  $Q2 = 20$ ;

a2) Se o  $PM_m < PM \leq PM_M$ ,

Então:  $Q2 = (C_M - C_m) / (PM_M - PM_m) \times (PM - PM_m) + 20$ ;

Em que:

$Q1$  = Classificação do subfator "potência máxima do motor";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

$PM_M$  = 125 kW (potência máxima maior do motor);

$PM_m$  = 95 kW (potência máxima menor do motor);

$PM$  = Potência máxima do motor da viatura proposta, em kW.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**b) Subfator garantia (Q2) – 40%**

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte tabela:

Garantia em anos	Classificação
2	10
3	12
4	14
5	16
6	18
≥7	20

Em que:

**Q2** = Classificação do subfator "garantia".

**c) Subfator sistema de apoio ao estacionamento (Q3) – 20%**

Em que:

Q3 = 20 valores, se a o sistema apoio for por câmara de vídeo e com avisador sonoro e/ou luminoso.

Q3 = 17 valores, se o sistema de apoio, for por câmara de vídeo, mas sem avisador sonoro e/ou luminoso.

Q3 = 14 valores, se o sistema de apoio, com avisador sonoro e/ou luminoso.

Q3 = 10 valores, sem o sistema de apoio de câmara de vídeo e sem avisador sonoro e/ou luminoso.

**2.3.3 Prazo de entrega – 20%;**

O fator "Prazo de entrega" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PE \leq PE_m$

Então:  $C_{PE} = 20$ ;

b) Se o  $PE_m < PE \leq PE_M$ ,

Então:  $C_{PE} = (C_M - C_m) / (PE_M - PE_m) \times (PE - PE_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PE}$  = Classificação do fator "Prazo de entrega";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

$PE_M$  = 45 dias (prazo máximo);

$PE_m$  = 10 dias (prazo mínimo);

$PE$  = Prazo de entrega dos veículos proposto, em dias.

**2.3.4. A classificação final ( $C_{Final}$ ) das propostas resultará da seguinte fórmula:**

$$C_{Final} = (0,55 \times PT) + (0,25 \times Q) + (0,20 \times PE)$$

**2.4 LOTE IV (4 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS, TIPO FURGÃO DE PASSAGEIROS, COM TRANSFORMAÇÃO PARA TRANSPORTE DE BLOQUEADORES)**

**2.4.1 Preço Total – 55 %:**

O fator "Preço total" resulta da soma do preço dos 4 veículos, incluindo todos os equipamentos, pintura, sinalização sonora e luminosa, bem como a transformação, aplicando a seguinte fórmula:

$$PT = 4 \times (P_v + P_e + P_p + P_{SSL} + T)$$

Em que:

$PT$  = Preço total da proposta;

$P_v$  = Preço de cada veículo;

$P_e$  = Preço de todo o equipamento definido no ponto 5 do Lote IV do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_p$  = Preço da pintura definida no ponto 6 do Lote IV do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

$P_{SSL}$  = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7. do Lote IV do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$T$  = Preço da transformação definida no ponto 8 do Lote IV do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo.

Todos os preços em euros e sem o IVA.

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PT \leq P_m$

Então:  $C_{PT} = 20$ ;

b) Se o  $P_m < PT \leq P_M$

Então:  $C_{PT} = (C_M - C_m) / (P_M - P_m) \times (PT - P_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PT}$  = Classificação do fator "Preço total da proposta";

$C_M = 20$  (classificação máxima);

$C_m = 10$  (classificação mínima);

$P_M = 130.000$  (preço máximo, em euros e sem IVA);

$P_m = 65.000$  (preço mínimo, em euros e sem IVA);

$PT$  = Preço total da proposta, em euros e sem IVA.

#### 2.4.2 Qualidade – 25%;

O fator Qualidade ( $Q$ ), será avaliado pela soma ponderada das classificações obtidas nos subfatores ( $Q1$  a  $Q3$ ) abaixo discriminados e de acordo com a fórmula seguinte:

$$Q = 0,4 \times Q1 + 0,4 \times Q2 + 0,2 \times Q3$$

##### a) Subfator potência máxima do motor ( $Q1$ ) – 40%

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a1) Se o  $PM \geq PM_M$

Então:  $Q2 = 20$ ;

a2) Se o  $PM_m < PM \leq PM_M$ ,

Então:  $Q2 = (C_M - C_m) / (PM_M - PM_m) \times (PM - PM_m) + 20$ ;

Em que:

$Q1$  = Classificação do subfator "potência máxima do motor";

$C_M = 20$  valores (classificação máxima);

$C_m = 10$  valores (classificação mínima);

$PM_M = 108$  kW (potência máxima maior do motor);

$PM_m = 88$  kW (potência máxima menor do motor);

$PM$  = Potência máxima do motor da viatura proposta, em kW.

##### b) Subfactor garantia ( $Q2$ ) – 40%

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte tabela:

Garantia em anos	Classificação
2	10
3	12
4	14
5	16
6	18
$\geq 7$	20

Em que:

$Q2$  = Classificação do subfator "garantia";



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**c) Subfator sistema de apoio ao estacionamento (Q3) – 20%**

Em que:

Q3 = 20 valores, se o sistema de apoio for por câmara de vídeo e com avisador sonoro e/ou luminoso.

Q3 = 17 valores, se o sistema de apoio, for por câmara de vídeo, mas sem avisador sonoro e/ou luminoso.

Q3 = 14 valores, se o sistema de apoio, com avisador sonoro e/ou luminoso.

Q3 = 10 valores, sem o sistema de apoio de câmara de vídeo e sem avisador sonoro e/ou luminoso.

**2.4.3 Prazo de entrega – 20%;**

O fator "Prazo de entrega" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PE \leq PE_m$

Então:  $C_{PE} = 20$ ;

b) Se o  $PE_m < PE \leq PE_M$ ,

Então:  $C_{PE} = (C_M - C_m) / (PE_m - PE_M) \times (PE - PE_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PE}$  = Classificação do fator "Prazo de entrega";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

$PE_M$  = 60 dias (prazo máximo, em dias);

$PE_m$  = 10 dias (prazo mínimo, em dias);

$PE$  = Prazo de entrega dos veículos proposto, em dias.

**2.4.4.** A classificação final ( $C_{Final}$ ) das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$C_{Final} = (0,55 \times PT) + (0,25 \times Q) + (0,20 \times PE)$$

**2.5 LOTE V (4 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS, TIPO FURGÃO DE 9 LUGARES)**

**2.5.1 Preço Total – 55 %:**

O fator "Preço total" resulta da soma do preço dos 4 veículos, incluindo todos os equipamentos, pintura, sinalização sonora e luminosa, bem como a transformação, aplicando a seguinte fórmula:

$$PT = 4 \times (P_v + P_E + P_p + P_{SSL})$$

Em que:

$PT$  = Preço total da proposta;

$P_v$  = Preço de cada veículo;

$P_E$  = Preço de todo o equipamento definido no ponto 5 do Lote V do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_p$  = Preço da pintura definida no ponto 6 do Lote V do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo;

$P_{SSL}$  = Preço da sinalização sonora e luminosa definida no ponto 7. do Lote V do Anexo I do Caderno de Encargos, para cada veículo.

Todos os preços em euros e sem o IVA.

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PT \leq P_m$

Então:  $C_{PT} = 20$ ;

b) Se o  $P_m < PT \leq P_M$

Então:  $C_{PT} = (C_M - C_m) / (P_m - P_M) \times (PT - P_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PT}$  = Classificação do fator "Preço total da proposta";



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);  
 $C_m$  = 10 valores (classificação mínima);  
 $PM$  = 80.000€ (preço máximo, em euros e sem IVA);  
 $PM_m$  = 40.000€ (preço mínimo, em euros e sem IVA);  
 $PT$  = Preço total da proposta, em euros e sem IVA.

**2.5.2 Qualidade – 25%;**

O fator Qualidade (Q), será avaliado pela soma ponderada das classificações obtidas nos subfatores (Q1 a Q3) abaixo discriminados e de acordo com a fórmula seguinte:

$$Q = 0,4 \times Q1 + 0,4 \times Q2 + 0,2 \times Q3$$

**a) Subfator potência máxima do motor (Q1) – 40%**

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte fórmula:

a1) Se o  $PM \geq PM_M$

Então:  $Q2 = 20$ ;

a2) Se o  $PM_m < PM \leq PM_M$ ,

Então:  $Q2 = (C_M - C_m) / (PM_M - PM_m) \times (PM - PM_M) + 20$ ;

em que:

$Q1$  = Classificação do subfator "potência máxima do motor";

$C_M$  = 20 valores (classificação máxima);

$C_m$  = 10 valores (classificação mínima);

$PM_M$  = 108 kW (potência máxima maior do motor);

$PM_m$  = 88 kW (potência máxima menor do motor);

$PM$  = Potência máxima do motor da viatura proposta, em kW.

**b) Subfator garantia (Q2) – 40%**

As propostas serão classificadas de acordo com a seguinte tabela:

Garantia em anos	Classificação
2	10
3	12
4	14
5	16
6	18
$\geq 7$	20

Em que:

$Q2$  = Classificação do subfator "garantia";

**c) Subfator sistema de apoio ao estacionamento (Q3) – 20%**

Em que:

$Q3 = 20$  valores, se a o sistema apoio for por câmara de vídeo e com avisador sonoro e/ou luminoso.

$Q3 = 17$  valores, se o sistema de apoio, for por câmara de vídeo, mas sem avisador sonoro e/ou luminoso.

$Q3 = 14$  valores, se o sistema de apoio, com avisador sonoro e/ou luminoso.

$Q3 = 10$  valores, sem o sistema de apoio de câmara de vídeo e sem avisador sonoro e/ou luminoso.

**2.5.3 Prazo de entrega – 20%;**

O fator "Prazo de entrega" será classificado de acordo com a seguinte fórmula:

a) Se o  $PE \leq PE_m$



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
 Direção Municipal de Higiene Urbana  
 Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Então:  $C_{PE} = 20$ ;

b) Se o  $PE_m < PE \leq PE_M$ ,

Então:  $C_{PE} = (C_M - C_m) / (PE_M - PE_m) \times (PE - PE_m) + 20$ ;

Em que:

$C_{PE}$  = Classificação do fator "Prazo de entrega";

$C_M = 20$  (classificação máxima);

$C_m = 10$  (classificação mínima);

$PE_M = 60$  (prazo máximo, em dias);

$PE_m = 10$  (prazo mínimo, em dias);

$PE$  = Prazo de entrega dos veículos proposto, em dias.

**2.5.4.** A classificação final (CFinal) das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$CFinal = (0,55 \times PT) + (0,25 \times Q) + (0,20 \times PE)$$



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de  
(1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), cocontratante(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) A opção da indicação do sítio da internet que permite a consulta de dados, apenas poderá ser utilizada se o sítio e os documentos estiverem redigidos em língua portuguesa.

Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO V**  
**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

O Banco ..... com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a ....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto a “Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal”, Proc. n.º ...../CPI/DA/CCM/16, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que ....., assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, ..... de .....de 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO VI**  
**MODELO DE SEGURO –CAUÇÃO**

A Companhia de Seguros ....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (..... euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (.....euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a ..... assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto a “Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal”, Proc. n.º \_\_\_\_/CPI/DA/CCM/16, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que ..... assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, ..... de .....de 20....

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO VII**  
**MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO**

Euros..... €

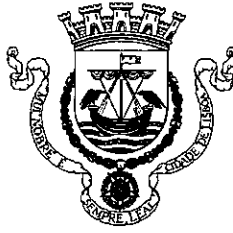
Vai .....(*nome cocontratante*), residente (ou com escritório) em ..... na ..... depositar na .....(sede, filial, agência ou delegação) da ..... (instituição) a quantia de (por extenso) ..... (em dinheiro ou representada por) ..... como depósito-caução exigido pela sua qualidade de cocontratante do Concurso Público com publicidade internacional N.º .../.../... para "Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal", Proc. n.º \_\_/CPI/DA/CCCM/16, de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º ....., datado de .....de ..... de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data .....

Assinatura .....





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

## **CONCURSO PÚBLICO**

Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS, POR LOTES, PARA A POLÍCIA MUNICIPAL**

Processo n.º \_\_\_\_CPI/DMHU/DRMM/2016

## **CADERNO DE ENCARGOS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Índice do Caderno de Encargos**

Objeto .....	2
Preços .....	2
Contrato .....	3
Prazo contratual .....	3
Obrigações principais do Cocontratante .....	3
Conformidade e operacionalidade dos bens .....	4
Entrega dos bens pelo Cocontratante de cada Lote .....	4
Patentes, licenças e marcas registadas .....	5
Inspecções e testes .....	5
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias .....	5
Aceitação dos bens .....	6
Garantia técnica .....	6
Garantia de continuidade do fornecimento .....	6
Objeto do dever de sigilo .....	7
Prazo do dever de sigilo .....	7
Formação do pessoal envolvido .....	7
Preço contratual .....	7
Faturas e Condições de pagamento .....	7
Retenção .....	8
Sanções contratuais .....	8
Força maior .....	9
Resolução por parte do Contraente Público .....	9
Resolução por parte do Cocontratante .....	9
Foro competente .....	10
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	10
Comunicações e notificações .....	10
Contagem dos prazos .....	10
Legislação aplicável .....	11
ANEXO I .....	12
ANEXO II .....	20



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Capítulo I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal"**.
2. As viaturas a adquirir serão objeto de um processo de transformação, mediante a inclusão de equipamento específico e essencial destinado à atividade da Polícia Municipal, com as "Especificações Técnicas do Fornecimento" contidas no Anexo I do Caderno de Encargos.

**Cláusula 2.ª**

**Preços**

O preço base do presente procedimento é de 855.000,00€ (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor repartindo-se do seguinte modo:

**Lote I:**

Aquisição 22 (vinte e dois) veículos ligeiros de passageiros do tipo "utilitário", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 297.000,00€ (duzentos e noventa e sete mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote II:**

Aquisição de 18 (dezoito) veículos ligeiros de passageiros, do tipo "pequeno familiar", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 288.000,00€ (duzentos e oitenta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote III:**

Aquisição de 3 (três) veículos ligeiros de passageiros, do tipo "familiar", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote IV:**

Aquisição de 4 (quatro) veículos comerciais ligeiros, do tipo "Furgão de passageiros", com transformação para transporte de bloqueadores de viaturas, com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento", do Anexo I, do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 130.000,00€ (cento e trinta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote V:**

Aquisição de 4 (quatro) veículos comerciais ligeiros, do tipo "Furgão de passageiros, com 9 lugares", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 80.000,00€ (oitenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

3. O Preço dos veículos que integram os Lotes I, II, III, IV e V, encontram-se isentos do ISV - Imposto Sobre Veículos, ao abrigo das alíneas b) do n.º 1 do art.º 51.º, do Código do Imposto Sobre Veículos, constante do Anexo I da Lei n.º 22-A/2007 de 29 de junho, com a última redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, dada a natureza das funções de autoridade a que se destinam para a Polícia Municipal de Lisboa, designadamente patrulhamento, policiamento, e apoio à inspeção e fiscalização.

**Cláusula 3.ª**

**Contrato**

1. O contrato, para cada um dos lotes, será reduzido a escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;
  - d) A Proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 da presente Cláusula e o Clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 outubro.

**Cláusula 4.ª**

**Prazo contratual**

Para cada lote, o contrato terá início com a respetiva celebração e mantém-se em vigor até à entrega pelo cocontratante dos bens objeto do procedimento ao contraente público, num prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para os Lotes I, II, III e V, e de 60 (sessenta) dias para o Lote IV, conforme o previsto no n.º 1 da Cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos, em conformidade com os respetivos termos e condições e com o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurarão para além da cessação do contrato.

**Capítulo II**

**Obrigações contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do Cocontratante**

**Cláusula 5.ª**

**Obrigações principais do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato, para cada lote, decorrem para o Cocontratante, nomeadamente, as seguintes obrigações principais:



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na respetiva Proposta nos prazos e especificações estipuladas;
  - b) Obrigação de cumprimento dos prazos e condições de garantia dos bens, que não poderão ser inferiores aos definidos no Caderno de Encargos;
  - c) Obrigação de continuidade de fabrico de peças sobressalentes e componentes pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;
2. O Cocontratante é ainda responsável, nomeadamente por:
- a) Cumprir as cláusulas do Contrato de Encargos e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) Atuar de acordo com a legislação portuguesa;
  - c) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do contrato;
  - d) Respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e que não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e os documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes;
  - e) Assegurar um serviço permanente de 24 (vinte e quatro) horas por dia para assistência técnica aos bens objeto do fornecimento.
  - f) Cumprimento das cláusulas constantes do Capítulo IV do Caderno de Encargos, para os cocontratantes que celebrarem contratos no âmbito do procedimento de contratação.

**Cláusula 6.ª**

**Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O Cocontratante obriga-se a entregar ao contratante público, os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos previstos nas "Especificações Técnicas do Fornecimento", constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens com o contrato.
4. O Cocontratante é responsável perante o contraente público, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

**Cláusula 7.ª**

**Entrega dos bens pelo Cocontratante de cada Lote**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues pelo Cocontratante, num prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para os Lotes I, II, III e V, e de 60 (sessenta) dias para o Lote IV, a contar da data de celebração do contrato, nas instalações do Município de Lisboa / Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, na morada indicada no n.º 8 da presente cláusula, com as condições técnicas do fornecimento constantes do Anexo I do presente Caderno de Encargos.
2. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os equipamentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento daqueles.
3. Os bens objeto do procedimento, devem reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública sem necessidade de escolta, mantendo uma configuração em marcha, que se situe dentro dos parâmetros do Código da Estrada no que respeita à altura e larguras máximas e a projeções e saliências, bem como os pesos por eixo.
4. O Cocontratante deverá proceder à aprovação e legalização da viatura junto das entidades oficiais, nomeadamente no IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. e Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

5. Todas as despesas e custos com o transporte, entrega, aprovação, legalização, e formação, são da responsabilidade do cocontratante.

**6. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

O Cocontratante, para cada lote, obriga-se a fornecer, aquando da entrega dos veículos, todos os manuais respeitantes aos bens objeto do fornecimento.

Esta documentação deve estar redigida em língua portuguesa.

**7. FORMAÇÃO**

O Cocontratante, para cada lote, obriga-se a prestar formação técnica aos operadores/utiizadores dos veículos.

**8. OUTRAS CONDIÇÕES**

No fornecimento, para cada lote, há a respeitar as seguintes condições:

- a) Os veículos deverão ser novos, com "zero quilómetros", ou com os quilómetros mínimos necessários à deslocação para a entrega ao contratante público, nas instalações do DRMM, sitas na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, em Lisboa.
- b) O cocontratante compromete-se a manter o contratante público permanentemente informado das transformações a que os veículos sejam sujeitos;
- c) O cocontratante deve facultar o acompanhamento da instalação dos equipamentos, com a obrigação de comunicar previamente o respectivo calendário, a quem for para o efeito designado pelo contratante público e toda a informação necessária.

**Cláusula 8.ª**

**Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do cocontratante, para cada lote, quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Cláusula 9.ª**

**Inspeções e testes**

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público – Município de Lisboa, procede no prazo de 15 (quinze) dias, à sua inspeção qualitativa, com vista a verificar se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais contratualizados, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o Cocontratante, para cada lote, deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de colaboradores devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do cocontratante, para cada lote.

**Cláusula 10.ª**

**Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, para cada lote, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos o Contraente Público poderá exigir ao Cocontratante:
  - a) A substituição dos bens necessários à conclusão dos testes de aceitação, num prazo de 15 (quinze) dias úteis;
  - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade por incumprimento do cocontratante.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Cocontratante, no prazo respetivo, o Contraente Público, procederá à realização de novos testes de aceitação, nos termos das cláusulas anteriores.

**Cláusula 11.ª**

**Aceitação dos bens**

1. Após a verificação do resultado satisfatório dos testes, em cada lote, o Contraente Público lavrará um auto de receção dos bens fornecidos, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução do fornecimento.

2. O auto de receção será enviado ao cocontratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de elaboração.

**Cláusula 12.ª**

**Garantia técnica**

1. Nos termos do disposto no presente número e na legislação que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das respetivas garantias, o Cocontratante deve garantir os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo 24 (vinte e quatro) meses completos, contados a partir da data da Receção Provisória dos Bens - Auto de Receção.

2. O prazo de garantia iniciar-se-á com a Receção Provisória dos Bens, sendo que durante o período de garantia, o Cocontratante providenciará para que o seu pessoal especializado se apresente nos serviços e no prazo indicado pelo Contratante Público, ou por quem este designar, sempre que tal seja solicitado em consequência de anomalias de funcionamento ou de uma frequência anormal de avarias.

3. Durante os prazos de garantia previstos, o Cocontratante obriga-se à substituição de todo e qualquer material, componente, peça ou equipamento defeituoso, devido a má conceção, defeito ou qualidade inadequada dos materiais, componentes, peças ou equipamentos utilizados, defeito de fabrico ou erro de montagem. Todas estas substituições deverão ser feitas pelo Cocontratante, tão rapidamente quanto possível, sem que tal implique qualquer despesa ou encargo para o Contratante Público.

4. Se o defeito verificado provenha de um erro sistemático referente à conceção, à qualidade dos materiais, peças, componentes e equipamentos utilizados e fornecidos ou à técnica de fabrico ou montagem utilizada, o Cocontratante obriga-se, a reparar, modificar ou substituir todos os materiais, peças, componentes ou equipamentos idênticos, mesmo aqueles em que esse defeito não se tenha ainda revelado.

5. O Cocontratante corrigirá todos os defeitos, mesmo que estes não impliquem substituição de peças, e executará novamente, para os equipamentos substituídos, todos os ensaios previstos.

6. O Cocontratante providenciará por sua conta, o pessoal e os materiais necessários às eventuais substituições, correções ou ensaios mencionados nos números anteriores.

7. Durante o Período de Garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que seja substituído em consequência dessa garantia, terá a partir da data da respetiva substituição, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.

8. Durante o Período de Garantia, caso o Cocontratante entenda que deve substituir uma parte do equipamento por outro de conceção diferente, deverá comunicar tal facto, por escrito, ao Contraente público e obter a devida concordância.

9. As condições especificadas em matéria de sanções previstas para o equipamento original, serão também aplicáveis aos equipamentos, componentes ou peças objeto de substituição ou correção.

10. Se as medidas previstas de substituição ou correção não eliminarem os defeitos detetados, o contraente público poderá exigir a diminuição do preço contratual.

11. As referidas reparações ou substituições, devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Lisboa, sem grave inconveniente para este, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

**Cláusula 13.ª**

**Garantia de continuidade do fornecimento**

O Cocontratante, em cada lote, deve assegurar a continuidade do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a contar da data do auto de



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Receção Provisória dos bens objeto do contrato.

**Cláusula 14.ª**

**Objeto do dever de sigilo**

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lisboa como Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 15.ª**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 16.ª**

**Formação do pessoal envolvido**

1. O Cocontratante, em cada lote, será responsável pela apresentação de um plano de formação, de acordo com as condições técnicas previstas no presente Caderno de Encargos, destinado à operação e manutenção dos veículos e equipamentos fornecidos, de acordo com o determinado nas especificações técnicas do fornecimento constantes do Anexo I deste Caderno de Encargos.
2. O Cocontratante deverá promover as sessões previstas no referido plano, para formação dos trabalhadores do Contraente Público que vão utilizar os bens objeto do contrato de fornecimento.

**Secção II**

**Obrigações do Contraente Público**

**Cláusula 17.ª**

**Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, em cada lote, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante, o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser igual ou inferior ao preço máximo fixado, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

**Cláusula 18.ª**

**Faturas e Condições de pagamento**

1. As faturas deverão ser enviadas para a Direção Municipal de Finanças, (DMF) – Departamento de Contabilidade (DC), sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 8.º Bloco A, 1749 – 099 LISBOA, devendo ser emitidas em nome de:





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- Câmara Municipal de Lisboa;
  - Direção Municipal de Finanças – Departamento de Contabilidade;
  - Edifício Central – Campo Grande, n.º 25-8º Bloco A – 1749-099 Lisboa;
  - Número de compromisso;
2. Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pelo Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, sendo pagas através de transferência bancária.
4. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os fundamentos da discordância, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**Cláusula 19.ª**

**Retenção**

Sempre que a prestação de caução não seja exigível nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, conforme previsto no n.º 2 do artigo 23.º do Programa do Procedimento, para os Lotes III a V, haverá lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

**Capítulo III**

**Sanções contratuais e resolução**

**Cláusula 20.ª**

**Sanções contratuais**

1. O Cocontratante está sujeito ao cumprimento das obrigações e condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos, bem como às sanções constantes de lei e da presente cláusula.
2. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do Contrato, serão aplicadas as seguintes sanções:
  - (i) no primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 1 ‰ (um por mil) do preço final do Contrato por cada dia de atraso;
  - (ii) a partir do 11º dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço final do Contrato por cada dia de atraso.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o Contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária que, no limite, poderá ser igual a 20% do preço final do contrato.
4. O valor da sanção pecuniária prevista no número anterior, é deduzido às importâncias a pagar pelo cocontratante relativamente ao fornecimento dos bens e cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a aplicação das mesmas ou a eventual resolução do contrato.
- 5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 6 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Cláusula 21.ª**

**Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 22.ª**

**Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Contratante Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente Cláusula:
  - a) Causa geral de resolução - Por violação de forma grave ou reiterada pelo cocontratante de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual,
  - b) Causa especial de resolução - Pelo atraso superior a 30 (trinta) dias ou se, por escrito, o cocontratante declarar que o atraso respetivo das obrigações que lhe incumbem excederá esse prazo.
2. O direito de resolução, referido no n.º 1 desta cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Cocontratante, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

**Cláusula 23ª**

**Resolução por parte do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

4. O direito de resolução é exercido por via judicial.

**Capítulo IV**  
**Disposições Finais**

**Cláusula 24.ª**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 25.ª**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante carecem de autorização, por escrito, do Contraente Público, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Nos casos de subcontratação, o Cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual pelo Contraente Público, só poderá ser recusada pelo Cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do CCP.

**Cláusula 26.ª**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:
  - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
  - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

**Cláusula 27.ª**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato, em cada lote, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pelo Contraente Público ao Cocontratante;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados;
- c) Quando o último dia do prazo, for sábado, domingo ou feriado ou dia em que os serviços da entidade Cocontratante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Cláusula 28.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação sobre a matéria.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO I**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO FORNECIMENTO**

**A - LOTE I**

**1. OBJETO DO LOTE**

Aquisição 22 (vinte e dois) veículos ligeiros de passageiros do tipo "utilitário".

**2. NORMAS E DIRETIVAS**

A construção dos veículos deve obedecer às Diretivas e normas em vigor na União Europeia.

**3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS COMPLETOS**

Os veículos destinam-se ao policiamento e patrulhamento urbano, devendo responder a todas as exigências do serviço.

O veículo a fornecer deverá ser composto por: veículo, equipamento, pintura e sinalização sonora e luminosa, devendo obedecer às características técnicas descritas a seguir.

**4. VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS**

Os veículos ligeiros de passageiros (completos) devem respeitar os seguintes parâmetros:

<b>Categoria (CE)</b>	M1 - veículos de passageiros
<b>Número de lugares</b>	5
<b>Cilindrada</b>	Superior a 1.200cc e inferior ou igual a 1.500cc
<b>Combustível</b>	Gasóleo
<b>Ciclo do motor</b>	4 tempos
<b>Potência máxima</b>	Igual ou superior a 55 kW
<b>Binário máximo</b>	Igual ou superior a 185 N.m
<b>Travões</b>	Dotado com sistema de travagem anti-bloqueio (ABS)
<b>Roda suplente</b>	Sim
<b>Macaco e chave de rodas</b>	Sim
<b>Ar condicionado</b>	Sim
<b>Autorrádio</b>	Sim
<b>Air bags</b>	Do condutor e passageiro

**5. EQUIPAMENTO**

5.1 Um (1) extintor de pó químico de 6kg, com suporte fixado no interior da mala do veículo.

5.2 Dois (2) coletes reflectores homologados.

5.3 Dois (2) triângulos de sinalização homologados.

5.4 Para além das luzes de origem do habitáculo, colocação de Iluminações de trabalho, individuais, em LED, para a zona do condutor e para a zona do passageiro.

**6. PINTURA**

Os veículos devem ser pintados, totalmente (incluindo pára-choques), na cor branca.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

## **7. SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA**

A sinalização deverá respeitar a "Homologação R10 e R65 classe T2 da CEE/ONU", relativa à homologação de avisadores especiais para automóveis, constantes da Portaria n.º 311-C/2005 de 24 Março.

### **7.1. Catorze (14) dos veículos deverão possuir o seguinte equipamento:**

- a) Uma (1) ponte luminosa, baixo perfil em tecnologia de Leds, com uma potência mínima unitária de 3W, com as seguintes características:
  - Comprimento aproximadamente da largura do tejadilho do veículo;
  - Altura igual ou inferior a 80mm;
  - Preenchimento em todo o seu comprimento por módulos em leds de cor azul, mínimo de 9W por módulo, com 2 (duas) intensidades (dia/noite), 2 (dois) focos frontais mínimo de 9W, cada; 2 (dois) focos laterais, mínimo de 9W, cada; luz de cruzeiro (mínimos); cabo de mangueira e 8 (oito) módulos em leds de cor âmbar, com um mínimo de 9W, cada, com função de indicador de tráfego.
- b) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência, auxiliar e sonora.
- c) Um (1) jogo de pés de fixação permanente, de material não ferroso.
- d) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).
- e) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.

### **7.2. Oito (8) dos veículos deverão possuir o seguinte equipamento:**

- a) Seis (6) conjuntos de Led's, azuis, direccionais, com um mínimo de 4 led por conjunto, com potência mínima de 3W por Led, (4 para a frente e 2 para a traseira), aplicados conforme indicação da Polícia Municipal.
- b) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).
- c) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.
- d) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência e sonora.

Os veículos deverão possuir bateria/s com capacidade reforçada, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos ora descritos.

## **B - LOTE II**

### **1. OBJECTO DO LOTE**

Aquisição de 18 (dezoito) veículos ligeiros de passageiros, do tipo "pequeno familiar".

### **2. NORMAS E DIRECTIVAS**

A construção dos veículos deve obedecer às Directivas e normas em vigor na União Europeia.

### **3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS COMPLETOS**

Os veículos destinam-se ao policiamento e patrulhamento urbano, devendo responder a todas as exigências do serviço.

O veículo a fornecer deverá ser composto por: veículo, equipamento, pintura e sinalização sonora e luminosa, devendo obedecer às características técnicas descritas a seguir.

### **4. VEÍCULOS LIGEIRO DE PASSAGEIROS**

Os veículos ligeiros de passageiros (completos) devem respeitar os seguintes parâmetros:

<b>Categoria (CE)</b>	M1 - veículos de passageiros
<b>Número de lugares</b>	5
<b>Cilindrada</b>	Superior a 1.400cc e inferior ou igual a 1.600cc



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Combustível	Gasóleo
Ciclo do motor	4 tempos
Potência máxima	Igual ou superior a 80 kW
Binário máximo	Igual ou superior a 250 N.m
Travões	Dotado com sistema de travagem anti-bloqueio (ABS)
Roda suplente	Sim
Macaco e chave de rodas	Sim
Ar condicionado	Sim
Autorrádio	Sim
Air bags	Do condutor e passageiro

## 5. EQUIPAMENTO

5.1 Um (1) extintor de pó químico de 6kg, com suporte fixado no interior da mala do veículo.

5.2 Dois (2) coletes reflectores homologados.

5.3 Dois (2) triângulos de sinalização homologados.

5.4 Para além das luzes de origem do habitáculo, colocação de iluminações de trabalho, individuais, em LED, para a zona do condutor e para a zona do passageiro.

## 6. PINTURA

Os veículos devem ser pintados, totalmente (incluindo pára-choques), na cor branca.

## 7. SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA

A sinalização deverá respeitar a "Homologação R10 e R65 classe T2 da CEE/ONU", relativa à homologação de avisadores especiais para automóveis, constante da portaria n.º 311-C/2005 de 24 Março.

### 7.1 Treze (13) dos veículos deverão possuir o seguinte equipamento:

a) Uma (1) ponte luminosa, baixo perfil em tecnologia de Leds, com uma potência mínima unitária de 3W, com as seguintes características:

- Comprimento aproximadamente da largura do tejadilho do veículo;
- Altura igual ou inferior a 80mm;
- Preenchimento em todo o seu comprimento por módulos em leds de cor azul, mínimo de 9W por módulo, com 2 (duas) intensidades (dia/noite), 2 (dois) focos frontais mínimo de 9W, cada; 2 (dois) focos laterais, mínimo de 9W, cada; luz de cruzeiro (mínimos); cabo de mangueira e 8 (oito) módulos em leds de cor âmbar, com um mínimo de 9W, cada, com função de indicador de tráfego.

b) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência, auxiliar e sonora.

c) Um (1) jogo de pés de fixação permanente, em material não ferroso.

d) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).

e) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.

### 7.2 Cinco (5) dos veículos deverão possuir o seguinte equipamento:

a) Seis (6) conjuntos de Led's, azuis, direccionais, com um mínimo de 4 led por conjunto, com potência mínima de 3W por Led, (4 para a frente e 2 para a traseira), aplicados conforme indicação da Polícia Municipal.

b) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).

c) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

d) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência e sonora.

Os veículos deverão possuir bateria/s com capacidade reforçada, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos ora descritos.

**C - LOTE III**

**1. OBJETO DO LOTE**

Aquisição de 3 (tês) veículos ligeiros de passageiros, do tipo "familiar".

**2. NORMAS E DIRETIVAS**

A construção dos veículos deve obedecer às Diretivas e normas em vigor na União Europeia.

**3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS COMPLETOS**

Os veículos destinam-se ao policiamento e patrulhamento urbano, devendo responder a todas as exigências do serviço.

O veículo a fornecer deverá ser composto por: veículo, equipamento, pintura, sinalização sonora e luminosa e transformação, devendo obedecer às características técnicas descritas a seguir.

**4. VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS**

Os veículos ligeiros de passageiros (completos) devem respeitar os seguintes parâmetros:

Categoria (CE)	N1 - veículos comerciais ligeiros
Número de lugares	5
Cilindrada	Superior a 1.800cc e inferior ou igual a 2.000cc
Combustível	Gasóleo
Ciclo do motor	4 tempos
Potência máxima	Igual ou superior a 95 kW
Binário máximo	Igual ou superior a 320 N.m
Travões	Dotado com sistema de travagem anti-bloqueio (ABS)
Roda suplente	Sim
Macaco e chave de rodas	Sim
Ar condicionado	Sim
Autorrádio	Sim
Air bags	Do condutor e passageiro

**5. EQUIPAMENTO**

5.1 Um (1) extintor de pó químico de 6kg, com suporte fixado no interior do veículo.

5.2 Dois (2) coletes reflectores homologados.

5.3 Dois (2) triângulos de sinalização homologados.

5.4 Para além das luzes de origem do habitáculo, colocação de iluminações de trabalho, individuais, em LED, para a zona do condutor e para a zona do passageiro.

**6. PINTURA**

Os veículos devem ser pintados, totalmente (incluindo pára-choques), na cor branca.

**7. SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA**





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

A sinalização deverá respeitar a Homologação R10 e R65 classe T2 da CEE/ONU, relativa à homologação de avisadores especiais para automóveis, constante da portaria n.º 311-C/2005 de 24 Março.

**7.1. Um (1) dos veículos deverá possuir o seguinte equipamento:**

- a) Uma (1) ponte luminosa, baixo perfil em tecnologia de Leds, com uma potência mínima unitária de 3W, com as seguintes características:
  - Comprimento aproximadamente da largura do tejadilho do veículo;
  - Altura aproximadamente de 80mm e a definir pelo Contratante Público, no momento prévio à sua instalação;
  - Preenchimento em todo o seu comprimento por módulos em leds de cor azul, mínimo de 9W por módulo, com 2 (duas) intensidades (dia/noite), 2 (dois) focos frontais, mínimo de 9W, cada; 2 (dois) focos laterais, mínimo de 9W, luz de cruzeiro (mínimos), cabo de mangueira e 8 (oito) módulos em leds de cor âmbar, com um mínimo de 9W, cada, com função de indicador de tráfego.
- b) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência, auxiliar e sonora.
- c) Um (1) jogo de pés de fixação permanente, em material não ferroso.
- d) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).
- e) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.

**7.2. Dois (2) dos veículos deverão possuir o seguinte equipamento:**

- a) Seis (6) conjuntos de Led's, azuis, direccionais, com um mínimo de 4 led por conjunto, com potência mínima de 3W por Led, (4 para a frente e 2 para a traseira), aplicados conforme indicação da Polícia Municipal.
- b) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).
- c) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.
- d) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência e sonora.

Os veículos deverão possuir bateria/s com capacidade reforçada, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos ora descritos.

**D - LOTE IV**

**1. OBJETO DO LOTE**

Aquisição de 4 (quatro) veículos comerciais ligeiros, do tipo "Furgão de passageiros, com transformação para transporte de bloqueadores".

**2. NORMAS E DIRETIVAS**

A construção dos veículos deve obedecer às Diretivas e normas em vigor na União Europeia.

**3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS COMPLETOS**

Os veículos destinam-se ao policiamento urbano e acções de fiscalização do tráfego e estacionamento, devendo responder a todas as exigências do serviço.

O veículo a fornecer deverá ser composto por, veículo, equipamento, pintura, sinalização sonora e luminosa e transformação, devendo obedecer às características técnicas descritas a seguir.

**4. VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS**

Os veículos ligeiros de passageiros (completos) devem respeitar os seguintes parâmetros:



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

<b>Categoria (CE)</b>	N1 - veículos comerciais ligeiros
<b>Número de lugares</b>	5 (3 à frente e 2 a trás)
<b>Cilindrada</b>	Superior a 1.900cc e inferior ou igual a 2.300cc
<b>Combustível</b>	Gasóleo
<b>Ciclo do motor</b>	4 tempos
<b>Potência máxima</b>	Igual ou superior a 88 kW
<b>Binário máximo</b>	Igual ou superior a 310 N.m
<b>Travões</b>	Dotado com sistema de travagem anti-bloqueio (ABS)
<b>Roda suplente</b>	Sim
<b>Macaco e chave de rodas</b>	Sim
<b>Ar condicionado</b>	Sim
<b>Autorrádio</b>	Sim
<b>Air bags</b>	Do condutor e passageiro

## 5. EQUIPAMENTO

5.1 Um (1) extintor de pó químico de 6kg, com suporte fixado no interior do veículo.

5.2 Dois (2) coletes reflectores homologados.

5.3 Dois (2) triângulos de sinalização homologados.

5.4 Para além das luzes de origem do habitáculo, colocação de iluminações de trabalho, individuais, em LED, para a zona do condutor e para a zona do passageiro.

## 6. PINTURA

Os veículos devem ser pintados, totalmente (incluindo pára-choques), na cor branca.

## 7. SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA

A sinalização deverá respeitar a "Homologação R10 e R65 classe T2 da CEE/ONU", relativa à homologação de avisadores especiais para automóveis, constante da portaria n.º 311-C/2005 de 24 Março.

Os veículos deverão possuir os seguintes equipamentos:

a) Uma (1) ponte luminosa, baixo perfil em tecnologia de Leds, com uma potência mínima unitária de 3W, com as seguintes características:

- Comprimento aproximadamente da largura do tejadilho do veículo;
- Altura aproximadamente de 80mm e a definir pelo Contratante Público, no momento prévio à sua instalação;
- Preenchimento em todo o seu comprimento por módulos em leds de cor azul, mínimo de 9W por módulo, com 2 (duas) intensidades (dia/noite), 2 (dois) focos frontais, mínimo de 9W, cada; 2 (dois) focos laterais, mínimo de 9W, luz de cruzeiro (mínimos), cabo de mangueira e 8 (oito) módulos em leds de cor âmbar, com um mínimo de 9W, cada, com função de indicador de tráfego.

b) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência, auxiliar e sonora.

c) Um (1) jogo de pés de fixação permanente, em material não ferroso.

d) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, 4 sons de sirene (*yelp, wail, bi-tonal e air-horn*).

e) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.

Os veículos deverão possuir bateria com capacidade reforçada, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos ora descritos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

## 8. TRANSFORMAÇÃO

Os veículos deverão ser objeto de transformação que contemple a instalação de:

- a) Os painéis laterais da viatura serão todos em vidro.
- b) Estrutura interior reforçada para fixação de forros, bancos e outras estruturas destinadas à imobilização de diverso equipamento.
- c) Revestimento de piso e laterais, da zona de transporte de bloqueadores, em material metálico, antiderrapante e resistente à abrasão.
- d) Interior da viatura, no espaço de transporte de bloqueadores e na zona administrativa, deverá ser forrado em material lavável e resistente.
- e) Dois (2) bancos individuais rebatível, com encosto de cabeça, cintos de segurança de 3 pontos, forrados a napa ignífuga, laváveis e com características anti fungos e anti bactérias Homologação R14/16/17/21, colocados na zona administrativa.
- f) Uma (1) secretária de trabalho, a toda a largura do interior do veículo, que permita a efetiva fixação de diversos dispositivos, tais como 2 impressoras, 2 PC, 2 terminais de pagamento automático, a colocar na zona administrativa.
- g) Quatro (4) estruturas de fixação de bloqueadores: duas (2) para ligeiros, uma (1) para bloqueadores de pesados e uma (1) para bloqueadores de motociclos.
- h) Iluminação em LED, no espaço de transporte de bloqueadores (colocadas lateralmente) e na zona administrativa interior. Iluminações de trabalho, individuais, em LED, para a zona do condutor e para a zona do passageiro.
- i) Prateleira superior na zona de transporte de bloqueadores com cintos para imobilização de equipamento diverso.
- j) Sistema eléctrico completo, autónomo, de 220/230 Volt, composto por conversor de corrente 2.000 Watt em contínuo; baterias de gel (mínimo 2 x 220Ah) com o respectivo carregador específico, 6 tomadas 220/230 Volt, 2 tomadas 12Volt (mínimo 8Amp cada) tipo isqueiro para a alimentação dos dispositivos identificados na alínea f) e outros.
- k) A divisória entre o espaço de transporte de bloqueadores e a zona administrativa deverá ser em acrílico na metade superior e na metade inferior no material definido na alínea c).

## E – LOTE V

### 1. OBJETO DO LOTE

Aquisição de 4 (quatro) veículos comerciais ligeiros, do tipo "Furgão de passageiros, com 9 lugares".

### 2. NORMAS E DIRETIVAS

A construção dos veículos deve obedecer às Diretivas e normas em vigor na União Europeia.

### 3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS COMPLETOS

Os veículos destinam-se ao policiamento urbano e ações de fiscalização, devendo responder todas as exigências do serviço.

O veículo a fornecer deverá ser composto por, veículo, equipamento, pintura, sinalização sonora e luminosa e transformação, devendo obedecer às características técnicas descritas a seguir.

### 4. VEÍCULOS LIGEIRO DE PASSAGEIROS

Os veículos ligeiros de passageiros (completos) devem respeitar os seguintes parâmetros:

<b>Categoria (CE)</b>	N1 - veículos comerciais ligeiros
<b>Número de lugares</b>	9
<b>Cilindrada</b>	Superior a 1.900cc e inferior ou igual a 2.300cc
<b>Combustível</b>	Gasóleo
<b>Ciclo do motor</b>	4 tempos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Potência máxima	Igual ou superior a 88 kW
Binário máximo	Igual ou superior a 310 N.m
Travões	Dotado com sistema de travagem anti-bloqueio (ABS)
Roda suplente	Sim
Macaco e chave de rodas	Sim
Ar condicionado	Sim
Autorrádio	Sim
Air bags	Do condutor e passageiro

#### 5. EQUIPAMENTO

5.1 Um (1) extintor de pó químico de 6kg, com suporte fixado no interior do veículo.

5.2 Dois (2) coletes reflectores homologados.

5.3 Dois (2) triângulos de sinalização homologados.

5.4 Para além das luzes de origem do habitáculo, colocação de iluminações de trabalho, individuais, em LED, para a zona do condutor e para a zona do passageiro.

#### 6. PINTURA

Os veículos devem ser pintados, totalmente (incluindo pára-choques), na cor branca.

#### 7. SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA

A sinalização deverá respeitar a Homologação R10 e R65 classe T2 da CEE/ONU, relativa à homologação de avisadores especiais para automóveis, constante da portaria n.º 311-C/2005 de 24 Março.

Os veículos, deverão possuir o seguinte equipamento:

- a) Seis (6) conjuntos de Led's, azuis, direccionais, com um mínimo de 4 led por conjunto, com potência mínima de 3W por Led, (4 para a frente e 2 para a traseira), aplicados conforme indicação da Polícia Municipal.
- b) Um (1) amplificador sirene com a potência mínima de 100W, com 4 sons de sirene (yelp, wail, bi-tonal e air-horn).
- c) Um (1) altifalante redondo com a potência mínima de 120dB, com suporte em "L" aplicado na zona do motor da viatura.
- d) Um (1) comando para controlar a sinalização de emergência e sonora.

Os veículos deverão possuir bateria com capacidade reforçada, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos ora descritos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO II**  
**QUESTIONÁRIO TÉCNICO**

O concorrente deve preencher o seguinte questionário, para cada um dos Lotes a que apresentar proposta, sendo que as alíneas respeitantes a parâmetros exigidos em caderno de encargos, são obrigatórias:

**VEÍCULO**

- a) Marca \_\_\_\_\_; Modelo \_\_\_\_\_;
- b) Comprimento total \_\_\_\_\_ mm;
- c) Largura total \_\_\_\_\_ mm;
- d) Altura total \_\_\_\_\_ mm;
- e) Peso bruto \_\_\_\_\_ kg.

**MOTOR**

- a) Cilindrada \_\_\_\_\_ cc;
- b) Potencia máxima \_\_\_\_\_ kW segundo DIN;
- c) Binário máximo \_\_\_\_\_ Nm.

**CAIXA DE VELOCIDADES**

- a) Nº de velocidades para a frente \_\_\_\_\_.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop.n.º 525/2016  
Fls. \_\_\_\_\_

Exma Senhora  
Chefe da Divisão de Gestão de Frota  
Dr.ª Raquel Águas

Informação n.º  
INF/441/DMHU/DRMM/16

Data  
30-09-2016

**Assunto:** Abertura de Procedimento por Concurso Público para Aquisição de veículos ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal, até ao valor máximo de 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Processo n.º 23184/CML/16**

**Despacho**

**Objeto:** Aquisição de veículos ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal.

Considerando que estão atualmente ao serviço da Polícia Municipal de Lisboa 59 (cinquenta e nove) viaturas ligeiras de diferentes tipologias.

Considerando que os referidos veículos foram adquiridos entre o ano de 1991 e o ano de 2008.

Considerando que o uso intensivo a que os mesmos têm estado sujeitos, circulando 18 horas por dia, com quilometragens superiores a 200.000km, levando a um aumento considerável do número de situações de avarias e consequente inoperacionalidade.

Considerando que os elevados custos envolvidos na reposição da operacionalidade dos veículos, bem como os prejuízos decorrentes da impossibilidade do uso destes, impedindo a realização da missão da Polícia Municipal.

Considerando que o envelhecimento da frota prejudica a imagem institucional da Polícia Municipal e da própria Câmara Municipal de Lisboa.

Considerando que brevemente serão colocados na Polícia Municipal novos agentes (257 elementos policiais) para aí prestarem serviço com um incremento de novas e maiores responsabilidades na gestão do trânsito da cidade.

Considerando que face a este aumento de elementos policiais haverá necessidade de dotar os serviços de um maior número de meios logísticos, os quais se encontram atualmente já deficitários.

Considerando que é intenção do Comando da Polícia Municipal, criar no seio



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

desta um corpo robusto de pessoal operacional que permita o cumprimento integral da sua missão, quer na área da fiscalização genérica, quer na área de fiscalização e gestão do trânsito da cidade.

Considerando que se afigura que só com meios apropriados será possível de forma mais eficaz percorrer e estar disponível nos diferentes pontos da cidade.

Considerando que é de urgência imperiosa a aquisição de veículos ligeiros de diversas tipologias para satisfazer as missões supra identificadas.

O preço base é de 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), IVA não incluído. Este preço base resulta da análise de valores praticados no mercado.

O preço contratual que coincide com o preço base, é de 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 196.650,00 € (cento e noventa e seis mil seiscentos e cinquenta euros), totalizando o valor de 1.051.650,00 € (um milhão cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta euros).

Propõe-se a celebração de um contrato para aquisição de veículos ligeiros, por lotes, para a Polícia Municipal, a celebrar de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, considerando os seguintes lotes:

**Lote I:**

Aquisição de 22 (vinte e dois) veículos ligeiros de passageiros do tipo "utilitário", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 297.000,00€ (duzentos e noventa e sete mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote II:**

Aquisição de 18 (dezoito) veículos ligeiros de passageiros, do tipo "pequeno familiar", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 288.000,00€ (duzentos e oitenta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote III:**

Aquisição de 3 (tês) veículos ligeiros de passageiros, do tipo "familiar", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote IV:**

Aquisição de 4 (quatro) veículos comerciais ligeiros, do tipo "Furgão de



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

passageiros", com transformação para transporte de bloqueadores de viaturas, com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento", do Anexo I, do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 130.000,00€ (cento e trinta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Lote V:**

Aquisição de 4 (quatro) veículos comerciais ligeiros, do tipo "Furgão de passageiros, com 9 lugares", com as características constantes nas "Especificações Técnicas do Fornecimento" do Anexo I do presente Caderno de Encargos, até ao montante máximo de 80.000,00€ (oitenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos da alínea d) do ponto 2.3.4.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) a despesa constituirá um encargo para o seguinte ano económico:

**Ano de 2017:** 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 196.650,00 € (cento e noventa e seis mil seiscentos e cinquenta euros), totalizando o valor de 1.051.650,00 € (um milhão cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta euros).

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 07.01.10.01 código 43854 A.P. A3 P005.04, orgânica L12.00 e cumpre o disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

Código 34100000 - 8 do CPV (Veículos a motor).

Para os efeitos previstos no art.º 38.º do CCP, propõe-se, face ao valor estimado e de acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º, todos do mesmo diploma, a realização de "Concurso Público".

O critério de adjudicação, é o da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os parâmetros contidos no Anexo III do Programa do Procedimento.

A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, nomeação do júri, aprovação das respetivas peças procedimentais e envio à Central de Compras Municipal, do Departamento de Aproveitamentos, da Direção Municipal de Finanças, bem como a autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar e demais trâmites necessários à aquisição dos bens identificados, cabe à Câmara, nos termos das disposições conjugadas da alínea f) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por força do disposto n.º 1 do artigo





**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

36.º e do artigo 109.º, ambos do CCP.

**Em face do exposto, submete-se à consideração superior o seguinte:**

a) Aprovação da proposta da decisão de contratar e escolha do procedimento por Concurso Público, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º, ambos do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

b) Aprovação, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 40.º, do CCP, das peças do procedimento – Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

c) Designação dos elementos que compõem o júri, a quem compete a condução do procedimento, nos seguintes termos e de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 67.º do referido diploma legal.

Para o efeito propõe-se que o júri tenha a seguinte constituição:

**Membros efetivos:**

Presidente: Técnico Superior, Alberto Manuel Almeida (DMHU/DRMM/DGF);

1.º Vogal efetivo: Técnico Superior, Nuno Miguel Rodrigues (DMHU/DRMM/NAJ);

2.ª Vogal efetiva: Técnica Superior, Ana Sá Pereira (DMF/ DA/ CCM);

**Membros suplentes:**

1.º Vogal suplente: Técnico Superior, Luis Filipe Grosso (DMHU/DRMM/DGF);

2.º Vogal suplente: Chefe da Polícia Municipal, Carlos Sendim Fernandes (PM);

3.ª Vogal suplente: Técnica Superior, Fátima Maria Barreto (DMF/ DA/ CCM);

4.ª Vogal suplente: Técnica Superior, Paula Cristina Leitão (DMF/ DA/ CCM);

O 1.º Vogal efetivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

d) Designação como Responsáveis do Procedimento, para efeitos de condução do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” e para cumprimento do exigido, entre outros nos art.º 53.º n.º 7, 54.º, 60.º e 61.º n.º 1 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a Técnica Superior Sónia Águeda Cotrim e como seu suplente o Técnico Superior Daniel Pereira Oliveira, ambos, da Direção Municipal Higiene Urbana/Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.

e) Delegação, nos termos conjugados do n.º 1 do art.º 109.º e do n.º 2 do art.º 69.º, do CCP, no júri do procedimento das competências seguintes:

i) Prestar esclarecimentos;

ii) Proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no art.º 147.º, conjugado com o n.º 1 do art.º 123.º do já referido diploma



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

legal.

f) Autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar no montante de 855.000,00 € (oitocentos e cinquenta e cinco mil euros), ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor, nos termos anteriormente explicitados.

g) Autorização para o envio do presente processo à Central de Compras Municipal, do Departamento de Aprovisionamentos, da Direção Municipal de Finanças.

O Técnico Superior

Alberto Almeida

A presente informação encontra-se em conformidade com o CCP e Despachos internos em vigor.

O Jurista

Nuno Rodrigues



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovados na Reunião de Câmara de 13 de outubro de 2016, as atas, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 126 e 127 das reuniões de Câmara de 27 de julho e 07 de setembro de 2016

**(Aprovadas por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 26/2016 (Subscrito pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro**

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Shimon Peres, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 27/2016 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Mário Wilson, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Proposta n.º 510/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar a 20.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS e 3Ind.)	1 (CDS/PP)	5 (3PPD/PSD e 2PCP)



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**Proposta n.º 524/2016                      (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para “Aquisição de 40 (quarenta) motociclos para a Polícia Municipal de Lisboa” (Proc. 21803/CML/16), nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 525/2016                      (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Deliberar autorizar contratar, autorizar a despesa e submeter à Assembleia Municipal para autorização da repartição do encargo para o ano económico de 2017 e emissão de autorização prévia para a assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal” (Proc. 23184/CML/16), nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 526/2016                      (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para “aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical” (Proc. 20468/CML/16), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP)	2 (PCP)	—



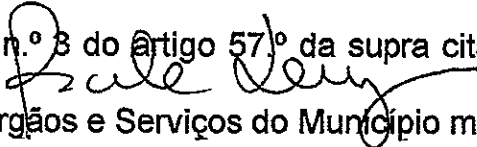
C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 551/2016                      (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

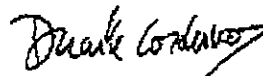
Aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Centro de Apoio aos Sem-Abrigo, no âmbito do procedimento concursal relativo ao projeto do Núcleo de Apoio Local de Arroios para pessoas em situação de sem-abrigo, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA 524/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017, E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, PARA "AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) MOTOCICLOS PARA A POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA" (PROC. 21803/CML/16), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 525/2016 - DELIBERAR AUTORIZAR CONTRATAR, AUTORIZAR A DESPESA E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017 E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA "AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS, POR LOTES, PARA A POLÍCIA MUNICIPAL" (PROC. 23184/CML/16), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente em exercício:** - Por 524/2016, subscrita por mim próprio. Pergunto se alguns dos Srs. Vereadores quer usar da palavra? Sr. Carlos Moura.

**O Sr. Carlos Moura:** - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício. De facto, esta a proposta levanta-nos algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas. Nós, até em relação a este e até ao ponto seguinte a Proposta 525, entendemos até necessidade de aumentar os meios da Polícia Municipal, mas ficamos com a dúvida se estas propostas visam, nomeadamente, a concretização do despacho do Governo de 2007 no sentido de que, digamos, a gestão de trânsito passasse da Polícia de Segurança Pública para o município, para a esfera do município, nomeadamente da Polícia Municipal. Ao lermos a proposta é a ideia que ficamos, mas gostaríamos que a mesma a fosse concretizado e se tornasse claro para entendermos exatamente o que é que estamos, de facto, deliberando aqui. Se é apenas um aumento dos meios disponíveis para a Polícia Municipal. Se por outro lado, visa já a integração da Brigada de Trânsito na Polícia Municipal e, portanto, a municipalização da mesma. Agradecemos esta resposta e perante aquilo que nos seja dito iremos ou não apresentar uma declaração de voto em relação a estes dois pontos. Obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Muito obrigado Sr. Vereador Carlos Moura.

Efetivamente representará um pouco das duas coisas, mas a segunda, com certeza. Ou seja, um reforço de mais, mas a questão da preparação para a municipalização. A integração das competências no município, algumas competências de trânsito que estão na Polícia de Segurança Pública que passa pela integração de, no fundo de um conjunto de efetivos policiais e depois que implica também da parte da Câmara Municipal de um reforço de mais para o exercício dessas mesmas competências, portanto, penso que a resposta é sim, à sua pergunta.

Não sei se mais alguém tem alguma questão em relação a esta matéria. Podemos então votar, eu me diria que à semelhança que o Sr. Vereador Carlos Moura referiu, eu diria que as duas matérias ser, o ponto 15 e o ponto 16. Desculpe com 16 e o ponto 17, poderão ser discutidos em conjunto, portanto, também não sei se alguns dos Srs. Vereadores tem alguma questão a colocar no ponto 17 proposta 525, se calhar, podemos votá-las em conjunto.

Ponto 16, proposta, 524/2016, pergunto quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto número 17 proposta, 525/2016, pergunta quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação as Propostas 524 e 525/2016 as quais foram aprovadas por unanimidade

Os Srs. Vereadores PCP apresentaram declaração de voto.